

29/03/2017 - Sinttel-ES

BrasilCenter tem 10 dias para reajustar salários e benefícios

A justiça do trabalho deu um prazo de 10 dias (a partir do dia 28/03) para que a BrasilCenter Comunicações Ltda. cumpra a sentença do Dissídio Coletivo, julgado em 23/11/2016, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES). A empresa entrou com um recurso no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, pois não concorda com a decisão dos desembargadores capixabas.

Entretanto, sabendo dos prejuízos, a perda de renda, a corrosão dos salários e benefícios desde abril de 2016 – há exatos um ano – o Sinttel pediu ao juiz da 7ª Vara do Trabalho de Vitória, Antônio de Carvalho Pires, onde o processo começou, que amenizasse os anseios e dificuldades por que passam os mais de 1,5 mil teleoperadores/as do maior call center do Estado e ordenasse o imediato pagamento.

E o juiz atendeu. Grande parte do que o departamento jurídico do Sinttel-ES pediu foi concedido. Isso quer dizer que a empresa foi novamente condenada a:

“Conceder, no prazo de 10 dias, o imediato aumento salarial deferido para o piso salarial no valor de R\$ 938,63, bem como os reajustes nas cláusulas de natureza econômica (auxílio-alimentação, creche e educação especial), além dos abonos salariais, em relação aos meses vencidos (de abril em diante), conforme parâmetros fixados no Dissídio Coletivo sob pena de multa diária de R\$5.000,00. (decisão do juiz)

A condenação saiu nesta segunda-feira, 28/03, por meio de uma liminar chamada “Tutela Antecipada”, pedida pelo Departamento Jurídico do Sinttel-ES. O advogado Ângelo Latorraca, informou ao juiz da 7ª Vara do Trabalho de Vitória, que a BrasilCenter não fez os reajustes nos salários, pisos, benefícios e nem pagou o abono, a que foi condenada no julgamento do Dissídio Coletivo.



BrasilCenter tem 10 dias para reajustar salários e benefícios

O Sinttel alegou o “perigo da demora” (art. 300 do Código do Processo Civil -CPC), na medida em que os/as trabalhadores/as estão sem usufruir dos benefícios fixados no Dissídio Coletivo. “É que esperar a decisão final nesse processo aumentaria os prejuízos causados aos trabalhadores, que ficariam sem receber os reajustes, enquanto o processo não chegasse ao seu final, o que pode demorar anos”, explicou Ângelo.

O Juiz intimou a empresa, mas como a BrasilCenter não conseguiu comprovar os pagamentos, condenou-a novamente, atendendo ao pedido do Sinttel-ES.

A BrasilCenter alegou que recorreu ao TST e que a decisão daqui pode ser anulada, mas o juiz Antônio de Carvalho Pires disse que “não se vislumbra perigo de irreversibilidade”. Ou seja, que os ministros do TST possam reverter as decisões do TRT-ES.

O que foi garantido no julgamento do Dissídio Coletivo:

- Piso salarial de R\$ 938,63, acrescido de abono salarial de R\$ 330,00 para aqueles que recebem o piso.
- Para aqueles que recebem acima do piso salarial, reajuste 9,91%, mais abono salarial de R\$ 280,00;
- Reajuste do auxílio-alimentação,
- Auxílio creche no valor de 476,66 e
- Assistência para educação especial com reajuste de 9,91% sobre o valor fixado no ACT 2015/2016
- Tudo retroativo à abril/2016 – mês da data base.

Essa decisão obriga a empresa a pagar a partir de agora. Os valores retroativos à abril de 2016 deverão sair somente quando o processo for julgado em Brasília.

27/03/2017 - CUT-ES

31 de março é dia de ir às ruas para a construção da greve geral

Ato capixaba será em frente à Rede Gazeta, às 18h, e vai lembrar o golpe militar de 1964, além de denunciar o golpe de 2016. Ato se soma a mobilizações em todo o Brasil na mesma data

Dia 31 de março é dia de lembrar o golpe militar de 1964, que mergulhou o Brasil em um período obscuro e de terror de estado há 53 anos. É dia também de lembrar que a democracia brasileira foi mais uma vez atacada e vivemos hoje sob um novo golpe, aplicado em 2016, que tomou o país de assalto e o entregou a uma quadrilha que tem como principal meta assaltar os cofres públicos e acabar com

os direitos da classe trabalhadora no país.

Os capixabas vão se manifestar em frente à Rede Gazeta na próxima sexta-feira, 31, a partir das 18h, lembrando esses dois golpes contra a democracia e mostrando a indignação da classe trabalhadora diante dos ataques que vem sofrendo contra seus direitos.

Assim como em todo o Brasil, esse grande ato tem como objetivo construir a greve geral

convocada pela CUT e outras centrais para o mês de abril. Os trabalhadores vão parar o Brasil em defesa da aposentadoria e da previdência social, em defesa dos direitos trabalhistas e contra a terceirização desenfreada. Vamos mostrar a nossa força e a nossa resistência. A CUT/ES convoca todos os sindicatos filiados a trazerem suas bandeiras e engrossarem esse ato em defesa da democracia.



29/03/2017 - Sinttel-ES

Justiça dá 5 dias para Telemont mostrar que cumpriu CCT 2015/2016

O juiz da 8ª Vara do Trabalho de Vitória, Ney Alvares Pimenta Filho, foi curto e grosso ao expedir, nesta terça-feira, 29, mandado contra a Telemont, em resposta ao pedido do Sinttel para "Execução Provisória" da sentença, diante da cara de paisagem, da enrolação da empresa em NÃO cumprir a CCT 2015/2016.

Em cinco linhas, o juiz determinou que a empresa comprove que cumpriu a sentença dada pela 1ª Turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES), no julgamento do Recurso Ordinário interposto pela Telemont, e na decisão do presidente do TRT-ES, para cumprimento imediato de liminar, expedida lá no início da Ação de Cumprimento, em 20 de outubro de 2015.

Assim escreveu o juiz:

Expeça-se mandado, determinando à ré (Telemont) que, no prazo de 5 dias, comprove nos autos (no processo) o cumprimento da obrigação de fazer que consta da r. sentença exequenda (decisão do presidente do TRT), quanto à aplicação em favor dos empregados de todas as previsões contidas na Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016, incluídos os reajustes, a observância do piso por função e os demais benefícios.

Cumpra-se.

VITÓRIA, 29 de Março de 2017

NEY ALVARES PIMENTA FILHO

Até quando a Justiça vai mandar cumprir a CCT

29/03/2017 - Sinttel-ES

Placar 2016 na Oi será pago dia 7 de abril

Após a publicação do balanço da empresa nesta segunda-feira (28), contabilizando um prejuízo superior a R\$ 7 bilhões, torna-se oficial o pagamento do Placar 2016 no montante de 0,70 salário.

Atendendo a solicitação da Comissão de Negociação dos Trabalhadores, o benefício será pago de forma antecipada no próximo dia 7.

Para os trabalhadores que recebem até R\$ 6.670,00 e estarão isentos do pagamento do Imposto de Renda, haverá ainda um pouco mais a receber. Já para quem recebe acima disto, praticamente nada mais terá, pois o Leão irá morder o restante, lembrando que os trabalhadores/as tiveram adiantamento de meio salário ao final do ano passado.

Por mais um ano, também não haverá pagamento de bônus para os Executivos e nem serão distribuídos dividendos aos acionistas.

Lojas

2015/2016 e a Telemont vai desobedecer?

Essa é uma dúvida que vem rolando há muito tempo, desde a primeira decisão de caráter liminar dada em 20 de outubro/2015. Liminar é uma decisão antecipada do que se busca no processo, sem que se tenha que esperar o seu julgamento final. Depois dessa liminar, foram mais sete sentenças determinando que a Telemont adotasse a CCT.

02 de dezembro/2015;

20 de janeiro/2016;

04 de fevereiro/2016,

23 de maio/2016,

08 de junho/2016;

31 de janeiro/2017

29 de março/2017

Em todas as condenações, a empresa encontrou uma brecha para não cumprir as decisões da justiça. Menos nessa última, porque a empresa tem ainda um prazo de cinco dias (terça-feira, 04/04) para pagar os pisos por função e os reajustes nos benefícios e aí mostrar as provas de que cumpriu. Porém, como aconteceu nas outras vezes, a empresa pode encontrar uma alternativa para não aplicar a CCT e continuar desobedecendo as ordens judiciais.

O Sinttel conclama a todos os empregados e empregadas da Telemont que se mantenham confiantes na Justiça, pois a empresa não ganhou um recurso sequer nestes quase dois anos de luta judicial. A vitória virá e terá um sabor especial.



29/03/2017 - Telesíntese

Oi encerrou 2016 com dívida total de R\$ 69,7 bilhões

Companhia convoca para 28 de abril assembleia geral de acionistas, na qual propõe votar manutenção do atual conselho de administração até 2018.

A Oi terminou 2016 com endividamento total de R\$ 69,7 bilhões, uma alta de 6,5% em relação à dívida que tinha em junho, de R\$ 65,4 bilhões, quando pediu recuperação judicial. Em compensação, é um valor muito menor que o total de R\$ 82,6 bilhões, registrados ao final de 2015, valor que foi amortizado com a entrada de dinheiro da venda da Portugal Telecom.

Os números foram destacados na proposta de votação dos resultados financeiros do ano passado, que acontecerá em assembleia de acionistas marcada para 28 de abril. Na assembleia geral ordinária (AGO), a operadora

pretende ratificar também a eleição do conselho de administração, nomeados em agosto e setembro do ano passado, e que terão os mandatos prorrogados até a próxima assembleia, no segundo trimestre de 2018.

A composição do conselho, se mantida pelos acionistas, seria: José Mettrau, Ricardo Reisen, Marcos Duarte Santos, Demian Fiocca, Thomas Reichenheim, João do Passo Ribeiro, João Manuel de Castro, Luís Maria Viana, André Navarro, Hélio Costa e Pedro Zañartu. Cinco vagas de suplente permaneceriam em aberto, e as outras seis continuariam ocupadas por

Blener Mayhew, Sergio Bernstein, Luis Manuel Macedo, Maria do Rosário Correia, Nelson Tanure, José Manuel Melo da Silva.

Impairment

A companhia explica no manual da AGO que não pôde calcular a baixa contábil de ativos para o ano de 2016 em função do processo de recuperação judicial. Diante do impasse com credores e de ainda não ter uma definição da Justiça sobre o plano de recuperação, enviado ontem, 28, ao tribunal, não conseguiu concluir a estimativa de valor recuperável dos bens e serviços que possui.

27/03/2017 - Telesíntese

Oi envia proposta de novo plano de recuperação à justiça

Empresa rebate alegações de alguns dos credores, de que não teria negociado as mudanças

A Oi entregou ontem, 28, à Justiça carioca o novo plano de recuperação judicial, anunciado na última semana. A proposta vai passar pela análise do juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, onde corre o processo da companhia.

No comunicado ao mercado, a Oi alfineta os credores críticos à proposta, aqueles que afirmam falta de diálogo. "As novas condições foram elaboradas a partir de conversas realizadas em mais de 50 reuniões presenciais com diversos credores da Oi no Brasil e Exterior e

seus assessores, considerando os diferentes perfis de crédito, incluindo bancos nacionais e internacionais, instituições de fomento e bondholders. Além disso, foram realizados diversos outros encontros e iniciadas tratativas de mediação com outros grupos de credores, como fornecedores, Anatel, pequenos credores, entre outros", diz a operadora.

Segundo a Oi, o novo plano foi pensado não apenas para atender a necessidade de quitação das dívidas, mas também para garantir que a empresa continue a operar de forma "sustentável".

Governo não abre exceção e TI e Call Center perdem a desoneração da folha

Mesmo sendo setores que têm um alto grau de empregabilidade, Tecnologia da Informação e Call Center ficaram mesmo de fora das exceções do Ministério da Fazenda e foram excluídos do benefício da desoneração da folha de pagamento. O benefício foi mantido apenas para os setores de transporte rodoviário coletivo de passageiros, de transporte ferroviário e metroviário de passageiros, de construção civil e obras de infraestrutura e de comunicação (jornais e impressos).

"São setores altamente dependentes de mão de obra e vitais para a preservação da recuperação do emprego no país prevista para este ano", explicou Meirelles ao falar das exceções, em coletiva de imprensa, concedida na noite desta quarta-feira, 29/03, em Brasília. Ainda de acordo com o governo, a desoneração da folha

de pagamento representou uma renúncia fiscal de R\$ 77,9 bilhões de 2012 a 2016, segundo dados da Receita Federal. Atualmente, cerca de 40 mil empresas de mais de 50 setores da economia se beneficiam do programa.

O segmento de call center pagava uma alíquota de 3% em substituição aos 20% da folha de pagamento para o INSS. Já Tecnologia da Informação, pagava uma alíquota de 4,5%, também em substituição aos 20% da contribuição do total da folha de pagamento. Um dos feitos da desoneração da folha de pagamento para TICS foi a redução da informalidade. Em cinco anos - o setor foi contemplado em 2011, na primeira leva feita pelo governo Dilma Rousseff - as contratações ilegais reduziram significativamente.

De 2011 a 2014, segundo a Brasscom, foram

gerados 75 mil empregos de carteira assinada em TI. Em 2016, com a redução à metade do benefício, por conta da crise econômica e política - as empresas pagavam 2,5% e passaram para 4,5%, a entidade reportou o fechamento de 52 mil vagas até setembro do ano passado. De acordo com dados do governo Temer, a reversão completa da desoneração reforçará o caixa do governo em R\$ 4,8 bilhões neste ano.

A medida, no entanto, só deverá valer a partir de julho, por causa da regra que determina que qualquer aumento de contribuição só pode entrar em vigor 90 dias depois da publicação da lei no Diário Oficial da União, prevista para acontecer nesta quinta-feira, 30/03. Até o momento, as entidades setoriais de TI não se manifestaram sobre a decisão governamental.



29/03/2017 - Sinttel-ES

Ministro do Supremo pede informações à Câmara sobre Lei da Terceirização

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello pediu hoje (28) a manifestação da Câmara dos Deputados antes de decidir sobre o pedido de parlamentares da Rede Sustentabilidade e do PT para anular a votação na qual foi aprovada a lei que trata da terceirização da mão de obra da área fim das empresas. "Entendo prudente solicitar, no caso, prévias informações ao órgão apontado como coator", despachou o ministro.

No STF, os parlamentares sustentam que a Câmara não poderia dar andamento ao projeto após um pedido feito pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, para que a matéria fosse retirada de pauta. No entendimento das legendas, a Câmara deveria ter votado a mensagem presidencial antes de decidir dar andamento à matéria.

O projeto foi enviado ao Congresso em 1998, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Palácio do Planalto tem a intenção de sancionar o projeto de lei da terceirização, aprovado pela Câmara na semana passada. Segundo fontes próximas ao presidente Michel Temer, ele não quer protelar a aprovação de um projeto cuja tramitação se arrasta há quase 20 anos. O Projeto de Lei (PL) 4.302/1998 libera a terceirização para todas as atividades de empresas privadas e do setor público. Além disso, Temer tem interesse em que o debate no Senado sobre o tema continue, já que lá corre outro projeto sobre a matéria.

Edição: Amanda Ciegliniski

28/03/2017 21h41Brasília

André Richter – Repórter da Agência Brasil

29/03/2017 - RBA

Confira programação nacional dos atos de sexta-feira contra as reformas de Temer

Manifestações contrárias às reformas trabalhista e da Previdência ocorrerão em todo o país. "A luta é contra o desmonte da aposentadoria e da CLT", diz CUT

Com o objetivo de mobilizar a sociedade para derrubar nas ruas a agenda do governo de Michel Temer que retira direitos dos trabalhadores, a CUT, CTB, Intersindical e mais de 100 entidades que integram as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo realizarão atos em todo o Brasil na próxima sexta-feira (31). No centro da pauta está a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e o projeto de terceirização irrestrita aprovado no último dia 22 pela Câmara.

"A luta é contra o desmonte da aposentadoria e da CLT, contra a terceirização, que mata, mutila e escraviza trabalhadores/as e todas as chamadas 'reformas' que o ilegítimo e golpista Temer quer fazer para tirar direitos da classe trabalhadora e privilegiar empresários", afirma, em nota, a CUT.

Os atos de sexta-feira estão sendo considerados como uma espécie de "aquecimento" para o dia nacional de paralisações e mobilizações convocado pelas centrais sindicais para 28 de abril "contra o pacote de maldades de Temer", que teve início com a aprovação do congelamento dos gastos públicos por 20 anos (PEC 55), entre outras medidas.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, a aprovação da terceirização geral e irrestrita foi o jeito mais rápido que o governo Temer e sua base de apoio na Câmara encontraram para "pagar a conta que os

empresários que financiaram o golpe apresentaram". "Eles financiaram o golpe justamente para que Temer fizesse o serviço sujo, fizesse direito dos trabalhadores, garantisse segurança jurídica para eles fazerem intermediação fraudulenta de mão de obra para lucrarem cada vez mais", afirma Vagner.

Segundo o dirigente, as mobilizações populares são fundamentais para que o Congresso Nacional reverta o projeto da terceirização. Caso contrário, avalia, a reforma trabalhista que está tramitando na Casa nem precisará ser votada, pois a terceirização, do modo como foi aprovada, já acaba com os direitos dos trabalhadores. "Eles conseguiram destruir todo o mercado de trabalho com a terceirização da atividade-fim."

Programação

Em São Paulo, além de mobilizações em aeroportos e estradas, CUT, CTB, Intersindical e os movimentos sociais farão um ato na Avenida Paulista, a partir das 16h, em frente ao Masp. A seguir, os manifestantes sairão em passeata até a Praça da República, no centro da cidade, onde encontrarão os professores da rede estadual, que estarão em assembleia.

Leia mais em: <http://migre.me/wl6Qa>

29/03/2017 - Vermelho

Presidente da Caixa diz que até 120 agências podem ser fechadas

Cerca de 100 a 120 agências da Caixa Econômica Federal consideradas deficitárias pela diretoria da estatal irão passar por uma "intervenção" este ano. Isso pode levar ao fechamento, fusão, diminuição de estrutura ou remanejamento de local, informou o presidente do banco, Gilberto Occhi. De acordo com a Caixa, atualmente são 4,2 mil agências e postos de atendimento.

Segundo ele, em notícia do G1, a ação ocorrerá logo após a finalização do processo de demissão voluntária, que tinha previsão de atingir 10 mil trabalhadores da empresa. Hoje são cerca de 30 mil funcionários. No entanto, Occhi estimou que 5 mil funcionários aderiram ao programa de demissão voluntária (PDV).

"O foco do banco é melhorar a eficiência reduzindo as despesas", ressalta o presidente, ao afirmar que não faz parte dos planos da Caixa qualquer venda de ativos.

A preocupação por parte de sindicatos, trabalhadores e especialistas é que movimentações como esta sejam indícios de uma busca pela privatização do setor, como trazido em reportagem do Brasil de Fato de fevereiro deste ano. Na ocasião, o economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Sicsú avaliou que há no Brasil uma tentativa de desmonte de "todas as estatais".

"Essa ofensiva é parte de um projeto que está sendo aplicado no Brasil. É o projeto de austeridade aplicado na Europa cinco anos atrás. Aqui, está sendo acelerado e turbinado. Além de 'recompôr o orçamento público', no sentido de retirar direitos sociais - acesso à saúde e educação -, ele está acelerando outro vetor: as privatizações", disse.

Demissões

No início da implementação, o programa de demissão voluntária da Caixa foi fortemente criticado por sindicatos do setor. Para Dionísio Reis Siqueira, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, esta medida não traz nenhuma vantagem para o trabalhador. "Só reduz os direitos. É pior que os planos de aposentadoria dos últimos anos", afirma.

"As condições de trabalho foram precarizadas e pior, precarizou-se as condições de atendimento", reclama. A Caixa justifica as reduções sob o argumento de que, hoje, há opção por atendimento digital.

O Banco do Brasil foi outro banco público que passou por um enxugamento de suas agências. Em novembro do ano passado, foi anunciado um conjunto de medidas de reorganização institucional, com fechamento de agências e um plano de extraordinário de aposentadoria incentivada. Mais de 7 mil trabalhadores optaram pelo plano de aposentadoria e 402 agências foram fechadas.

29/03/2017 - Vermelho

Sem regulação, bancos seguem aumentando juros apesar de Selic menor

Os juros médios e o spread bancário no Brasil continuaram subindo em fevereiro, apesar do ciclo de queda dos juros básicos e de queda na inadimplência, informou o Banco Central nesta quarta-feira.

Desde outubro, o BC cortou a Selic em 2 pontos percentuais, a 12,25 por cento ao ano. No entanto, os juros médios no segmento de recursos livres, onde as taxas são livremente definidas pelas instituições financeiras, subiram a 53,2 por cento ao ano no mês passado, sobre 52,9 por cento em janeiro.

O spread bancário, que mede a diferença entre o custo de captação e a taxa cobrada pelos bancos ao consumidor final, teve alta ainda maior, a 42,5 pontos percentuais no mês, ante 41,8 pontos em janeiro.

Por outro lado, a inadimplência apresentou recuo no mesmo segmento, a 5,6 por cento, após 5,7 por cento em janeiro. O BC informou ainda que as concessões despencaram 11,4 por cento no período, dando continuidade ao movimento visto em janeiro.

Refletindo o apetite ainda fraco dos consumidores por financiamentos em meio ao encarecimento dos empréstimos, o estoque total de



crédito no Brasil teve retração de 0,1 por cento em fevereiro, a 3,070 trilhões de reais, passando a responder por 48,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Em dezembro, a expectativa do BC era de expansão de 2 por cento para o estoque de crédito em 2017.

Numa medida para diminuir o custo do crédito, o governo aprovou no fim de janeiro o prazo máximo de 30 dias para uso do rotativo do cartão de crédito. De acordo com a norma,

o saldo devedor não liquidado totalmente no vencimento da fatura do cartão só poderá ser financiada pelo rotativo até o vencimento da fatura seguinte.

Os bancos terão até 3 de abril para implementar as medidas.

Em fevereiro, os juros do cartão de crédito no segmento de recursos livres para pessoas físicas teve ligeira queda a 481,5 por cento ao ano, contra patamar recorde de 486,7 por cento no mês anterior.

Já a modalidade de crédito parcelado no cartão foi na direção contrária, com juros médios subindo a 163,5 por cento ao ano, sobre 161,9 por cento em janeiro.